

 Lendo a Bíblia

Coleção **LENDO A BÍBLIA**

- *Lendo o livro dos Salmos: a lei orante do povo de Deus,*
Carlos Mesters; Francisco Orofino
- *Lendo o livro de Lamentações: solidariedade e ternura em meio à tragédia,*
Luiz Alexandre Solano Rossi
- *Lendo o livro de Ezequiel: esperança e imaginação profética,*
Luiz Alexandre Solano Rossi
- *Lendo o livro de Joel: profecia em defesa da vida,* Luiz Alexandre Solano Rossi;
Natalino das Neves
- *Lendo o livro de Abdias: a solidariedade como estilo de vida,*
Luiz Alexandre Solano Rossi
- *Lendo o livro de Miqueias: profecia de julgamento e de promessa,* Shigeyuki Nakanose
- *Lendo o livro de Naum,* Luiz Alexandre Solano Rossi
- *Lendo o livro de Sofonias,* Luiz Alexandre Solano Rossi; Erika Daiane Mauri
- *Lendo o Evangelho segundo Mateus: o caminho do discipulado do Reino,*
Jaldemir Vitório
- *Lendo o Evangelho segundo João: para que todos tenham vida,*
Pedro Lima Vasconcellos
- *Lendo as cartas aos Coríntios: unidade, diversidade e autoridade na comunidade cristã,*
Jonas Machado; Sebastiana Nogueira
- *Lendo a carta aos Gálatas: em defesa da liberdade cristã,* Jonas Machado
- *Lendo a carta aos Efésios: a unidade do corpo de Cristo,*
Aíla Luzia Pinheiro de Andrade
- *Lendo as cartas de João: quem ama permanece em Deus-Amor,*
Pedro Lima Vasconcellos

Luiz Alexandre Solano Rossi

Lendo
O LIVRO DE EZEQUIEL
Esperança e imaginação profética



Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Os textos bíblicos são da *Nova Bíblia Pastoral*, Paulus, 2014.

Direção editorial

Pe. Jakson Ferreira de Alencar

Coordenação editorial

Paulo Bazaglia

Assistente editorial

Cristiane Barbosa Cardoso

Coordenação de revisão

Tiago José Risi Leme

Preparação do original

Carlos Antônio Silva Maia

Coordenação de design

Elisa Zuigeber

Capa

Júlia Cardoso Nascimento

Diagramação

Leonardo Cerretti

Imagem da capa

Profecia da restauração de Israel (Ez 37), afresco na sinagoga de Dura Europo (séc. III)

Impressão e acabamento

PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Rossi, Luiz Alexandre Solano

Lendo o livro de Ezequiel : esperança e imaginação profética / Luiz Alexandre Solano Rossi. - São Paulo : Paulus, 2024.
(Coleção Lendo a Bíblia)

ISBN 978-85-349-5332-0

1. Bíblia. A.T. Ezequiel – Leitura 2. Profetas I. Título II. Série

23-6943

CDD 224.4

Índice para catálogo sistemático:

1. Bíblia. A.T. Ezequiel – Leitura

1ª edição, 2024



Conheça o catálogo PAULUS
acessando: paulus.com.br/loja,
ou pelo QR Code.
Televendas: (11) 3789-4000 /
0800 016 40 11

© PAULUS - 2024

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091
São Paulo (Brasil)
Tel.: (11) 5087-3700
paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-5332-0

INTRODUÇÃO

Ezequiel pertencia a uma tradição sacerdotal. Possivelmente, antes do exílio para a Babilônia, ele tinha atuado no templo de Jerusalém. Dessa forma, ele pode ser colocado como pertencente à aristocracia da cidade de Jerusalém – a mesma aristocracia levada na primeira deportação ao exílio pelos babilônios. Afinal, as referências encontradas sobre ele, via de regra, são sempre sobre sua condição de profeta e, nesse sentido, sua vida pregressa como sacerdote é minimizada, quando não quase esquecida. Entre as suas muitas particularidades como profeta, podemos destacar que ele foi o primeiro a profetizar fora da terra de Israel. Uma mudança e tanto, se lembrarmos que ele tinha como berço o sacerdócio, ou seja, o grupo que identificava a presença e a ação de Javé apenas com a terra da promessa. Ao profetizar fora da terra da promessa, Ezequiel encontrará um mundo novo que o levará a repensar quem ele era e qual a sua missão entre o povo de Deus. O período em que o profeta Ezequiel viveu e exerceu seu ministério profético foi marcado por um dos piores dramas já vividos pelo povo de Deus. A força do caos parecia ter recuperado seu poder, impondo uma situação deprimente sobre todos.

A ação salvadora de Deus, no livro de Ezequiel, atinge somente os exilados. Essa mudança à qual já nos referimos – de sacerdote para profeta – representa possivelmente uma das grandes novidades da profecia de Ezequiel, ou seja, ele consegue identificar a presença de Javé entre os exilados e, mais do que isso, numa terra estranha. Algo novo está no ar: um integrante da aristocracia de Jerusalém experimentou e entendeu que Javé é solidário com aqueles que vivem situações-limite na vida. Assim, ele mesmo vivencia profundo processo de conversão através dos caminhos da periferia, representado pelos exilados.

Trata-se, portanto, de uma profecia líquida, isto é, a palavra profética é fluida e está acima de toda e qualquer barreira. A Palavra de Deus não é engessada a um mesmo período e a uma mesma teologia. Deus não cabe numa teologia e não pode ser aprisionado com camisa de força. Por isso, as palavras proféticas de Ezequiel são “reimaginadas” a partir de novos contextos. Nesse sentido, a imaginação profética é necessariamente criativa porque vê o presente como se fosse provisório e, conseqüentemente, recusa-se a considerá-lo como absoluto.

A atividade profética de Ezequiel pode ser situada entre 593-571 a.C. Portanto, ele profetizou antes e depois da destruição final de Jerusalém em 587. O local onde se ambientam suas palavras é a Babilônia. Junto ao rio Cobar, um dos afluentes do rio Eufrates, o profeta tem a sua primeira visão. Idolatria e injustiça são dois temas constantes nas visões do profeta. Sua visão da sociedade é a de uma grave crise social. Seu olhar é por demais pessimista, pois a violência é o denominador comum que marca o país e a cidade de Jerusalém.

Ezequiel, com seu olhar que perscruta a sociedade, percebe a violência sistêmica e endêmica que se encontra espalhada por todos os lugares. Mas, o que o profeta observa e o incomoda, bem como incomoda o coração de Deus? A lista é enorme: exploração e opressão dos mais fracos (22,7), calúnias criminosas (22,9), suborno (22,12), usura (22,12), roubos (22,25), assassinatos (22,6). A violência, ao assumir múltiplas formas, produz também a multiplicação das vítimas em suas mais variadas formas: pobres (22,9), órfãos (22,7), viúvas (22,7), imigrantes (22,7). Todavia, a violência não é fenômeno natural e/ou permitido por Deus. Pelo contrário, observamos em Ezequiel que são muitos ainda os agentes de opressão denunciados por ele: o rei (17), os profetas (13), o templo e seu funcionamento (8), a aristocracia em geral (22,23-31). Alguns textos são exemplares da realidade vista e percebida pelo profeta que merecem ser enfatizados: “Prepare correntes, porque a terra está cheia de crimes de sangue, a cidade está cheia de violência” (7,23); “Ele me disse: ‘Você está vendo, filho do homem? E a casa de Judá acha pouco praticar todas essas abominações que fazem aqui!

Eles ainda enchem a terra de violência, provocando minha ira. E aí estão eles levando o raminho ao nariz” (8,17).

De acordo com Ez 24,16-24, o profeta era casado. Porém, em algum momento de sua atividade profética, sua esposa morreu e, em meio à crise existencial vivida, Ezequiel incorpora a tragédia pessoal e dá a ela gesto e significado proféticos. Ninguém é chamado por Deus para viver como se fosse inatingível. Ezequiel é profeta, mas, sobretudo, é um ser humano que vive intensamente sua fragilidade. O profeta assume rigorosamente sua função e, até mesmo, chega à autodramatização profética, ou seja, ele mesmo atua na profecia como se estivesse num teatro de rua. O sentido dos gestos simbólicos se atualizava na própria pessoa do mensageiro de Javé. Assim, todo anúncio profético, especialmente o simbólico, continha o germen de sua realização.

É possível caracterizar Ezequiel como alguém profundamente comprometido com o supremo propósito de Deus. No exercício de sua vocação, ele não se economizou, entregando-se totalmente para Deus. Porém, além disso, poderíamos caracterizá-lo como alguém que desenvolveu o sentimento de profunda adoração a Deus e de plena disponibilidade e responsabilidade para realizar a vontade de Deus; profeta que aprendeu a desenvolver sentimentos de compaixão e de confiança quando a mais terrível das catástrofes se abateu sobre o povo – a indiferença não o aprisionava; profeta que vivia a certeza inabalável da infinita misericórdia de Deus e de que a glória de Deus triunfaria por cima de todo o caos, que era, para ele, apenas aparente, sombra que desapareceria quando a glória de Deus se manifestasse. Não existe profecia sem a geração de esperança, e a esperança é material abundante nas profecias de Ezequiel: esperança de que uma nova vida é possível (Ez 37); esperança de o povo voltar a viver em sua própria terra (Ez 20; 34; 36); esperança de que, enfim, o povo seguirá a Deus fielmente (Ez 20,40); esperança de que o povo viverá em prosperidade e segurança (Ez 36,8-15); esperança de que todo o povo estará reunido sob um único rei (Ez 37,24); esperança de que Deus habitará no meio deles (Ez 37,26; 36,28).

O livro de Ezequiel poderia ser dividido em três grandes unidades. No entanto, os textos não pertencem aos mesmos

autores e épocas. Por trás deles, é possível encontrar oráculos e visões de Ezequiel e de seus discípulos, bem como (no caso especial dos capítulos 40-48) perceber a mão e o interesse do sacerdócio do período persa:

- capítulos 1-24, nos quais se registram os oráculos de julgamento antes da conquista de Jerusalém;
- capítulos 25-32, que são reservados aos oráculos contra as nações;
- capítulos 33-48, em que nos deparamos com oráculos de salvação.

Todavia, a última unidade pode ser subdividida em duas partes, a saber: capítulos 33-39, em que se encontra a promessa de um novo êxodo e a conquista da terra, e capítulos 40-48, em que se descreve a futura reconstrução de Jerusalém, do templo e do país.

Chama-nos a atenção que não tenhamos no livro de Ezequiel nenhuma menção explícita ao profeta Jeremias. Teria Ezequiel, no período em que atuava como sacerdote no templo de Jerusalém, a oportunidade de escutar os anúncios proféticos de Jeremias? Possivelmente, ele estava familiarizado com as profecias, temas, frases e expressões de Jeremias, e podemos ter essa real impressão no quadro comparativo abaixo:

Ez 3,8	Jr 3,6-11	Judá e Israel como irmãos
Ez 12,4	Jr 1,18	Chamado para resistir ao povo
Ez 16,1-43	Jr 14,14	Preocupação com a falsa profecia
Ez 24,16	Jr 16,5	Não esmorecer diante do povo
Ez 18	Jr 31,29-30	Responsabilidade individual
Ez 34	Jr 23	Falta de cuidado dos pastores
Ez 36,26	Jr 31,29-30	Restauração

Cativeiro da Babilônia: uma crise inventiva

A independência sempre foi artigo raro no Reino de Judá. Se voltarmos um pouco no tempo, nos depararemos com o

reinado de Josias (640-609 a.C.). A liberdade, que havia sido conquistada por alguns anos, escapa por entre os dedos quando da morte prematura do rei Josias no ano 609 a.C. Sua morte diante das forças do exército egípcio, liderado pelo faraó Necao II, prenuncia a chegada de um desastre ainda maior. Necao II, dando continuidade a sua política de conquista, depõe o substituto de Josias, seu filho Joacaz, e coloca outro filho de Josias para governar, não sem antes alterar seu nome de Eliaquim para Joaquim. Tratava-se, naquela época, de uma forma comum e incontestável de sublinhar a condição de vassalagem de Joaquim.

Entretanto, em 605, após a batalha de Carquemish e de Hamat, que eliminaram definitivamente o domínio assírio na região, aconteceu uma grande mudança no cenário da época: Nabucodonosor, comandante do exército e rei da Babilônia, tornou-se senhor de toda a região e, conseqüentemente, Judá passou a ser vassalo da Babilônia. Todavia, precipitando os acontecimentos, Joaquim não aceitou a submissão absoluta. Revoltou-se contra a Babilônia, determinando dessa forma o fim de Judá. A partir do momento em que o rei Joaquim morreu, em seu lugar assumiu seu filho Joaquin (também chamado de Jeconias), que se apressou em fazer a política dos conquistadores. A Bíblia registra o episódio da seguinte forma: “Joaquin, rei de Judá, ele com sua mãe, seus servos, oficiais e eunucos, saíram ao encontro do rei da Babilônia, que os fez prisioneiros. Era o oitavo ano de seu reinado” (2Rs 24,12); o exílio estava para começar: “Levou para o exílio toda Jerusalém, todos os comandantes e todos os valentes do exército, cerca de dez mil deportados. Levou também os ferreiros e artesãos. Deixou somente o povo pobre da terra” (2Rs 24,14). Estamos, portanto, em 597 a.C., ano da primeira deportação. E entre os deportados encontramos, a caminho da Babilônia, um sacerdote chamado Ezequiel. Contudo, esse sacerdote haveria de passar por uma profunda transformação.

O exílio na vida do povo de Deus não foi uma exceção, mas sim uma regra. Seus dias foram marcados por constantes exílios: dias de peregrinação, dias de diáspora. De todos os exílios acontecidos, é sentido comum intitular o cativo da

Babilônia como o “cativeiro padrão”. Ora, se o consideramos padrão, tornamo-lo expressão daquilo que se passou com todo o povo. Dada, portanto, a múltipla importância que incide nos exílios, não podemos classificá-los como fatos isolados; devemos considerá-los enquanto marcos dentro de processos mais amplos, provocados pelas situações econômicas, sociais e políticas, tanto em nível nacional quanto internacional. Percebe-se, então, que o exílio da Babilônia é ponto de referência obrigatório para o estudo da Bíblia. Nele misturam-se sentimentos ambíguos: arrependimento, saudade, crise, angústia, incerteza, dor, esperança, fé, memória e vontade de recomeçar. Também nos exílios é possível encontrar Deus caminhando conosco.

O processo de exílio teve seu início no século VIII, quando renasciam as grandes potências, e atingiu sua crise aguda no século VI, com o cativeiro da Babilônia. Três grandes impérios adotavam a mesma política dura e repressiva aos países conquistados: Egito, Assíria e Babilônia. Para evitar possíveis revoltas, o invasor desterrava parte da população do país. No caso de Judá, duas das intervenções sofridas por intermédio dos babilônios são dignas de mencionar. A primeira ocorreu em 597, antes da destruição de Jerusalém. Nessa oportunidade, as forças militares foram as principais atingidas (cf. 2Rs 24,14-16). O objetivo não era outro senão o de evitar futuras mobilizações militares a partir de Judá. Acompanhando os militares, ainda encontramos, sendo levada ao exílio, a classe dirigente do país: rei, funcionários, ministros, nobres e artesãos (ferreiros e carpinteiros). Pode-se dizer que a deportação de 597 visava, principalmente, a desmilitarização. A segunda deportação aconteceu em 587, depois da destruição de Jerusalém. Nabucodonosor deportou o restante do povo que havia se refugiado na cidade (2Rs 25,11). O objetivo principal da segunda deportação era, sem sombra de dúvidas, a desurbanização de Judá.

A partir desse segundo momento, a crise vinha para se instalar de forma definitiva. Na memória do povo, ainda era recente a dor causada por duas grandes tragédias: em 722, a destruição da Samaria (cf. 2Rs 17,5-6); e em 609, a morte do rei Josias (cf. 2Rs 23,29-30). Ao cercar Jerusalém com o seu

exército, Nabucodonosor dava início a uma situação de dor sem precedentes na história do povo de Deus. Afinal, a tragédia levava consigo todos os pontos de referência que davam ao povo sua identidade – terra, rei e templo –, ao mesmo tempo que levava o povo a mergulhar numa situação de completa perda de direção histórico-religiosa. O projeto de Javé havia fracassado. O deus de Nabucodonosor havia se mostrado mais forte e eficiente. A própria mente do povo de Deus acabava por ser transtornada pela força da ideologia dominante. Crise que atormentava, pois, afinal, onde estava Deus em meio ao desastre?

As informações que poderiam delinear as condições específicas do povo de Deus no exílio da Babilônia não são tantas quanto gostaríamos. Todavia, a literatura bíblica, aliada à literatura extrabíblica, permite perceber os contornos de um povo em cativeiro. Vejamos:

1) Uma forma muito comum de se tratar os povos conquistados no Antigo Oriente Próximo era a deportação em massa. Quando assim acontecia, muitos eram destinados à escravatura e enviados para prestarem serviços nas grandes obras do império conquistador. Nos anais de Senaquerib, registra-se o caso de prisioneiros procedentes de Tiro, Sidon e Chipre, os quais eram marinheiros nas suas terras de origem e foram destinados à construção de um navio para os assírios. Os babilônios continuaram a política assíria, utilizando os prisioneiros em trabalhos públicos. Os habitantes da Judeia, deportados por Nabucodonosor, foram obviamente sujeitos ao mesmo tratamento. Daí a preocupação em levar para a Babilônia principalmente trabalhadores com profissão bem definida, como é o caso dos “ferreiros e carpinteiros” (Jr 24,1).

2) A Babilônia tinha como prática assentar os exilados em locais que haviam sido destruídos e depois reconstruídos, principalmente em áreas em que a agricultura poderia ser facilmente desenvolvida e, também, em centros semelhantes a Calah, Nínive, Gozan e Nippur. O Salmo 137 menciona os “rios da Babilônia” como um local onde os exilados foram assentados. Desta forma, podemos presumir que uma grande concentração de exilados era assentada próxima a canais de água. A partir

dessa informação, pode-se localizar um centro de judaítas no sul da Babilônia, num local chamado de Tel-Abib, às margens do rio Quebar (Ez 1,3; 3,15). Esse rio passa através da cidade comercial de Nippur. Uma coleção de documentos acadianos do século V a.C., descobertos em Nippur, traz luz sobre a vida dos exilados nessa cidade. Nos documentos, faz-se referência a eles como integrantes da família Murashu. Muitos nomes nestes textos podem ser identificados como judaicos, tais como Yahunatan, Tobyaw, Banayaw e Zabadiaw. Outros locais onde os judeus foram assentados são mencionados por Esd 2,59 (Tel-Mela, Tel-Harsa, Querub, Adon e Emer) e confirmados por Ne 7,61.

3) Pode-se presumir que, pelo menos no início, os exilados receberam terras das autoridades reais e tornaram-se lugares-tenentes do rei, como foi o caso de outras nações (cf. 2Rs 18,32). Mais tarde, os judaítas também participaram no comércio, como está claro no documento de Murashu. Possivelmente, os artesãos estavam ocupados em projetos reais, especialmente em grandes cidades, e eram pagos pelo tesouro real. Alguns dos exilados, cuja ocupação era o serviço do culto, ou seja, levitas, cantores e servidores do templo, retinham seu *status* como oficiais do culto, mesmo na diáspora, e eram inclinados a se congregarem em certos lugares, como, por exemplo, o assentamento de Casfia (Esd 8,15-20).

4) A expressão “tel” (montículo), encontrada em alguns nomes de lugares (por exemplo: Tel-Mela, Tel-Harsa e Tel-Abib, onde os judaítas foram assentados), pode indicar que esses locais estavam destruídos e foram reconstruídos. Isso também nos leva a sugerir que os exilados eram empregados na agricultura: “construam casas para vocês morarem, plantem pomares para comerem de suas frutas” (Jr 29,5).

5) Não há nenhuma evidência clara e explícita de que os exilados viveram sob condições de opressão ou eram submetidos a perseguição religiosa em algum tempo durante os anos 586-538 a.C.; isso nem mesmo no reinado de Nabônides. Pode-se até mesmo dizer que os exilados tiveram o benefício da liberdade pessoal. Eles foram liberados para viver de acordo

com os costumes de seu país e até comprar propriedade (Jr 29,5) e, inclusive, escravos (Esd 2,65).

6) É possível deduzir algumas informações da situação econômica de parte dos exilados a partir de Esd 1,6 e 2,68-69, textos que relatam que os exilados mandavam presentes caros aos que estavam em Jerusalém.

7) Houve exilados que serviram na administração imperial da Babilônia. Alguns desses exilados foram incorporados a unidades militares e mercenárias de acordo com o costume da Babilônia. No caso, usavam prisioneiros capturados em batalhas imperiais.

8) Eram, portanto, os exilados “escravos”? Não poderiam ser considerados escravos segundo o conceito grego ou romano. É certo que foram levados à força para uma terra estranha e que estavam submetidos a um império poderoso. Contudo, não eram “peças negociáveis”. Decerto, a eles era permitido: viver agrupados (mantendo assim a identidade); circular livremente dentro dos acampamentos; praticar seus costumes; exercitar sua língua; dar continuidade à sua religião; produzir autonomamente (porém, com uma quota a ser entregue e definida pelos próprios babilônios); casarem-se; administrarem seus próprios negócios; comunicarem-se com a Palestina.

Contudo, a crise já havia se instalado. Aos que estavam exilados restava o trabalho no campo, na produção agrícola. Passaram a fazer o que antes só faziam seus súditos. Nesse sentido, o exílio foi uma mudança radical. Estavam numa terra estranha e, por mais que usufríssem de certa “liberdade”, ainda se encontravam controlados por um exército que havia se mostrado feroz e impiedoso. Aqueles que haviam sido opressores na terra da promessa, agora viviam numa terra estranha, num chão dominado por reis opressores.

Com todos esses significados, o povo, no exílio, viveu uma série interminável de conflitos físicos, econômicos e, principalmente, espirituais. O peso do desastre tornou-se forte sobre os ombros dos exilados. Todavia, todo o forte impacto causado pela deportação não impediu o exercício de uma “crise criativa e inventiva”. Foi na experiência de uma crise intensa que brotou

a semente de esperança. Ao sofrer as agruras exílicas, o desafio da fé tornou-se mais forte do que nunca. É algo impressionante: ao viver intensamente a experiência do desterro, o povo, nas dores e no desânimo, reconstruiu a vida a partir do nada.

O exílio foi uma espécie de molde em que se delineou a esperança. Assim, mesmo em meio à tragédia, fez-se necessário tirar o máximo proveito do desastre. Desta forma, o exílio foi se transformando numa crise inventiva. É verdade que foi um ambiente pontuado de dor, mas também completamente plasmado pelo desejo e pela força de recomeçar. O exílio foi um sofrimento transformado em êxito. Afinal, tudo o que era considerado importante e valioso para a vida e para a fé deles tinha sido destruído. Por isso, era necessário que Ezequiel oferecesse para eles uma nova experiência de Deus diante da tragédia. Deus não estava, na perspectiva do profeta, acorrentado às pedras do templo e, por isso mesmo, o desmoronamento delas não significava, em hipótese alguma, a morte de Deus. A nova compreensão teológica de Ezequiel é a de que Deus se encontrava em constante movimento.

Afinal, exílios são frequentes. Ontem e hoje se vive sem a liberdade do prazer da vida. Vivemos numa sociedade em que se fabrica a tragédia de forma quase que diária. Nesta situação, somos também desafiados ao exercício da crise inventiva e criativa. Trago à mente uma reflexão de Marcuse que nos ajuda a compreender melhor a intervenção de Deus em meio às tragédias da vida, bem como a responsabilidade do povo de Deus: “A luta por uma expansão do mundo da beleza, da não violência, da calma, é uma luta política. Não se trata de converter a abominação em beleza, de esconder a miséria, de desodorizar o mau cheiro, de florir as prisões, os bancos, as fábricas; não se trata de purificar a sociedade existente, mas de substituí-la”.¹

¹ MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Parte I

A VOCAÇÃO PROFÉTICA E OS ORÁCULOS DE JULGAMENTO SOBRE JERUSALÉM (1-24)

A vocação é um gênero literário importantíssimo. Nela podemos encontrar as credenciais de um profeta, bem como a credibilidade de suas palavras. Portanto, uma narrativa de vocação na abertura de seu livro procura dar fundamento sólido de credibilidade a todas as palavras que o profeta virá a anunciar em nome de Javé. Há várias passagens nas Sagradas Escrituras que nos mostram pessoas sendo chamadas para uma determinada função: Moisés (Ex 3,10ss; 4,10ss), Gedeão (Jz 6,11ss), Ezequiel (Ez 1-3), Jeremias (Jr 1,4-10.17-19) etc. Nos livros proféticos, os relatos de vocação assumem contornos especiais porque possuem significado efetivo para o exercício do ministério profético. Nesses relatos, a vocação ocorre de duas formas: em forma de diálogo com Deus ou em forma de visão do trono ou conselho celestial. Comum às duas formas é a ocorrência dos verbos “ir” e “enviar”. Embora a situação histórica que envolve cada chamado e seus respectivos processos redacionais possam ser variados, a forma literária dos relatos em forma de diálogo revela surpreendente semelhança, o que os caracteriza como gênero literário. Essas narrativas vocacionais seguem, portanto, uma forma literária padronizada, ou seja, um formulário vocacional. Dos vários elementos próprios desse gênero, quatro encontram-se nelas, a saber: a) chamamento e ordem; b) resistência e superação; c) palavra de promessa e salvação; d) sinal de confirmação e descrição da missão.